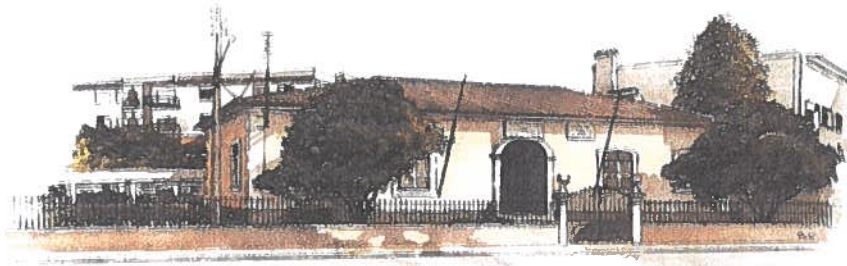




ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARINHA GRANDE

Acta da Reunião



Data: 29-12-2020

ATA Nº 19
Ordinária

2017 / 2021

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

Ata número dezanove

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte pelas vinte e uma horas e vinte e dois minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande no Auditório do Sport Operário Marinhense, sito na rua vinte e cinco de Abril com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1 – Intervenção do Público

2 – Período antes da Ordem do Dia

3 – Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação da ata nº 18

3.2 – Discussão e votação dos Documentos Previsionais e Opções do Plano para o ano 2021: Proposta de Orçamento e PPI-Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades para 2021

3.3 – Autorização Genérica da Assembleia de Freguesia para dispensa de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais

3.4 – Discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2021

3.5 – Apreciação e votação da adenda ao Protocolo de Parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil e Big Band para 2021

3.6 – Apreciação e votação a adenda ao Protocolo-Edifício Sede da Freguesia da Marinha Grande

3.7 – Apreciação do Relatório de Atividades da Junta de Freguesia no 4º trimestre de 2020

3.8 – Informação da Situação Financeira

O Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos começando por cumprimentar todos os presentes.-----

De imediato informou a Assembleia das substituições ocorridas.-----

Na bancada do (PS) ausente com falta justificada o deputado Amândio Fernandes, sendo substituído pela deputada Helena Rodrigues. Na bancada do (MPM) ausente com falta justificada a deputada e primeira secretária da mesa Célia Morgado, sendo substituída pela deputada Maria Neves que assumiu o lugar de segunda secretária da mesa. Conforme o regimento a segunda secretária Alda Fernandes assumiu o lugar de primeira secretária.-----

Informou ainda que recebeu do deputado Sesinando Araújo (BE) a justificação para a sua ausência, optando por não se fazer substituir, pelo que esta sessão contou com a presença de dezoito deputados.-----

1 – Intervenção do Público

O freguês Virgílio Gregório solicitou informação quanto à forma como vão ser entregues as máscaras comunitárias produzidas através duma pareceria entre a Junta de Freguesia e algumas associações. Alertou para a necessidade da construção duma valeta paralela à estrada velha para a fonte da Albergaria, à forma de manutenção do piso da referida estrada bem como à reparação do caminho do ribeiro que se encontra intransitável. Na resposta a Presidente da Junta informou que já estão a distribuir as

mata nacional de Leiria elaborado pelo Observatório Técnico Independente designado pela Assembleia da República no qual são identificados do ponto de vista técnico os trabalhos a realizar e respetiva calendarização para a recuperação das matas litorais, onde se inclui o pinhal de Leiria. Na sua opinião é em torno deste estudo que todas as populações e forças vivas das regiões se deviam unir, reclamando a sua implementação imediata, independentemente de quaisquer ideologias políticas.-----
Carlos Gomes (MPM) demonstrou a satisfação da força política que representa pelo facto do executivo ter executado no ano em curso uma das sugestões que apresentou no início do mandato referente à colocação das placas de identificação de início da freguesia da Marinha Grande. Enalteceu ainda o facto da Junta de Freguesia ter colocado a placa no local correto na estrada que liga o lugar de Picassinos à freguesia da Maceira ao contrário do que sucedeu com a placa colocada pela Câmara Municipal. O deputado Vasco Silva (CDU) apresentou à Assembleia uma moção pela concretização urgente e eficaz da recuperação e valorização da Mata Nacional de Leiria, (anexo um a esta ata). Carlos Gomes (MPM) demonstrou total sintonia com a generalidade da moção apresentada, não compreendendo a razão evocada no ponto relacionado com o processo de classificação como Reserva da Biosfera da UNESCO, visto que a maior parte da Mata Nacional de Leiria já não existia. Vasco Silva (CDU) interveio esclarecendo que se pretende esta classificação para a parte existente como forma de preservar toda a biodiversidade, alguma única na Europa. Sem mais intervenções o Presidente da Mesa colocou a moção à votação, sendo aprovada por maioria com cinco abstenções da bancada do Partido Socialista.-----
Marcou Sousa (PS) perguntou ao executivo se está a pensar abrir o espaço do cidadão ainda durante este mandato. -----

3 – Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação da ata nº 18

Não existindo intervenções o Presidente da mesa colocou a ata número dezoito à votação tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções da bancada da (PS), uma por ausência nessa sessão. -----

3.2 – Discussão e votação dos Documentos Previsionais e Opções do Plano para o ano 2021: Proposta de Orçamento e PPI-Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades para 2021

O Presidente da mesa solicitou ao executivo uma breve apresentação do ponto em discussão. Por delegação da senhora Presidente da Junta essa apresentação ficou a cargo da secretária Diana Gregório. Começou por agradecer os contributos enviados pelas bancadas do Movimento pela Marinha, Bloco de Esquerda e Partido Socialista, detalhando cada um e esclarecendo a razão pela qual foram ou não incluídos nas opções do plano em discussão. Porque fazia parte das sugestões apresentadas pelo Partido Socialista, e em resposta à pergunta colocada pelo deputado Marco Sousa (PS) no período antes da ordem do dia relacionada com o espaço do cidadão, a secretária informou a Assembleia que o executivo entende que o espaço do cidadão deve funcionar num local próximo do edifício sede da Junta de Freguesia, tendo já desenvolvido contactos e visitas a imóveis nesse sentido, ao contrário do Edifício Atrium sugerido pelo Partido Socialista. De seguida e também por delegação da senhora Presidente da Junta, a tesoureira Ana Fortunato fez uma breve apresentação da proposta de orçamento para 2021 que totaliza €1.132.149,00 (Um milhão cento e trinta e dois mil cento e quarenta e nove euros) detalhando as rubricas mais relevantes

reforçar a sua comparticipação até €100.000,00 (Cem mil euros) que já se encontram consignados, aguardando deliberação que se prevê no princípio de 2021. Carlos Gomes (MPM) solicitou melhor esclarecimento relativamente à contabilização/movimentação da verba em causa, tendo a senhora Presidente da Junta informado que a referida verba se encontra aprovada em orçamento da Câmara mas que para ser entregue à Junta carece de aprovação pelo órgão executivo da Câmara Municipal. Esclarecidas todas as dúvidas o Presidente da Mesa colocou à votação a adenda ao Protocolo-Edifício Sede da Freguesia da Marinha Grande, sendo aprovada por unanimidade. De seguida procedeu à leitura da minuta de deliberação que colocada à votação foi aprovada por unanimidade.-----

3.7 – Apreciação do Relatório de Atividades da Junta de Freguesia no 4º trimestre de 2020

Não existindo intervenções o Presidente da Mesa concluiu que a Assembleia tomou conhecimento do Relatório de Atividades da Junta de Freguesia no 4º.trimestre de 2020.-----

3.8 – Informação da Situação Financeira

Não existindo intervenções o Presidente da Mesa concluiu que a Assembleia tomou conhecimento da situação financeira da Junta de Freguesia à data.-----

Concluída a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e catorze minutos, desejando a todos os presentes um Bom Ano de 2021.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia



Esmeraldo Pedreiro

O Primeiro Secretário



Alda Fernandes

O Segundo Secretário



Maria Neves

Moção

Pela concretização urgente e eficaz da recuperação e valorização da Mata Nacional de Leiria

A Mata Nacional de Leiria, com os seus 700 anos de História e a sua importância identitária para a Marinha Grande e das suas gentes, é muito relevante para o clima da região, para o seu equilíbrio ambiental, para a estabilização do regime de ventos e da propagação da maresia. Um património de todos os portugueses e em particular do povo da Marinha Grande.

A Mata Nacional de Leiria, um dos mais importantes recursos florestais do país, viu arder 86% da sua área florestal aquando dos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017, tendo sido contabilizados cerca de 8 800 hectares de área ardida. Mais recentemente, aquando da passagem da Tempestade Leslie pela região em 13 e 14 de outubro de 2018, várias áreas do Pinhal de Leiria foram afectadas provocando a queda de uma quantidade muito significativa de árvores, queimadas e não queimadas.

A gravidade da situação ocorrida em 2017 não é alheia ao progressivo desinvestimento do Estado na gestão florestal, nomeadamente nas matas nacionais, com a sucessiva diminuição da capacidade de resposta às necessidades colocadas nestes territórios, do desmantelamento das estruturas do Estado, nomeadamente da drástica redução de pessoal dos serviços do ministério da agricultura, entre os quais do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). É disso exemplo a muito significativa redução de meios técnicos e humanos envolvidos na gestão da Mata Nacional de Leiria.

Há intervenções e medidas, bem como um trabalho de planificação e investimento em meios humanos e técnicos, que já devia, há muito, estar em andamento. Já perdemos três anos que teriam sido preciosos para acautelar e preparar a recuperação e reflorestação desta mata nacional. Para lá dos anúncios de intenções, de ações públicas de divulgação e de uma meritória, mas obrigatoriamente simbólica,

Recet.
29.12.2020



fls 2

Anexo 1

ação de movimentos populares, muito está por fazer para garantir que a preservação dos solos e cursos de água, o combate às espécies invasoras e a reflorestação possam ser executadas segundo as melhores condições.

As notícias que têm vindo a público sobre ações de recuperação e valorização da Mata Nacional de Leiria denotam que em cada uma das áreas referidas, muito continua por fazer, sublinhando a deficiente concretização dos planos de recuperação estabelecidos, a que urge dar resposta eficaz, dentro dos prazos técnicos adequados.

O projeto de recuperação, reflorestação e valorização da Mata Nacional de Leiria tem de ser considerado como estruturante, pelo que a mobilização dos meios financeiros e humanos adequados por parte do Estado não pode estar dependente do resultado e ritmo da venda da madeira queimada, nem restrito à lógica da receita, sendo urgente, como já referido, a concretização das ações conducentes à recuperação deste recurso.

Por outro lado, tendo sido já concretizada uma substancial receita proveniente da venda da madeira queimada (treze milhões de euros), é indispensável que esse dinheiro seja integralmente investido na Mata, não sendo aceitável que seja transferido para outros fins, à semelhança do que foi feito com as receitas que anteriormente foram sendo arrecadadas.

Face à situação a que se assiste quanto à recuperação da Mata Nacional de Leiria, é fundamental assegurar que a urgente concretização do plano de limpeza, preservação, reflorestação, reordenamento e valorização do Pinhal de Leiria pelo Estado português, em articulação com as autarquias e as populações.

Assim, a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, reunida em sessão ordinária a 29 de Dezembro de 2020, delibera:

1. Exigir que o Governo e a Assembleia da República adotem as medidas legislativas necessárias para garantir a total propriedade e gestão públicas do Pinhal de Leiria;
2. Exigir ao Governo a concretização do plano de limpeza, preservação, reflorestação, reordenamento do Pinhal de Leiria;



Recebido
29.12.2020

fls. 3

Anexo 1

3. Exigir um Plano Nacional de combate às espécies invasoras com meios humanos, técnicos e financeiros dedicados;
4. Reivindicar o investimento de pelo menos 13 milhões de euros (valor que resulta da venda de madeira queimada) na recuperação do Pinhal de Leiria.;
5. Apelar ao Governo para encetar o processo de classificação da Mata Nacional de Leiria como Reserva da Biosfera da UNESCO, tendo em conta o seu valor histórico, social, cultural e natural;
6. Solicitar ao Governo a suspensão imediata da inclusão do Pinhal de Leiria no projecto Revive Natura, pelo risco acentuado de privatização deste património de todos os marinhenses e conseqüente desinvestimento e descaracterização do seu edificado .
7. Exigir ao Governo a concretização do previsto Museu Nacional da Floresta no concelho da Marinha Grande;
8. Reclamar o investimento no reforço da estrutura do ICNF;
9. Apelar ao estabelecimento pelo Governo, mediante a devida articulação com as Autarquias Locais, de medidas de usufruto popular da Mata;
10. Enviar a moção ao sr. Presidente da República, ao sr. Presidente da Assembleia da República, aos grupos parlamentares da AR, ao sr. Primeiro-Ministro, ao sr. Ministro do Ambiente e Ação Climática, ao sr. Ministro das Finanças, ao sr. Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, ao sr. Presidente do ICNF, à Comissão Científica do Programa de Recuperação das Matas Litorais e ao Observatório do Pinhal do Rei.

Marinha Grande, 29 de Dezembro de 2020